



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEME.

INDICAÇÃO Nº 651 / 2020

Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal
que, junto a Secretária da Saúde que
solicitem ao Ministério da Saúde a
liberação das verbas para o término da
construção da UTI NEONATAL na Santa
Casa da nossa Cidade.

O Vereador que esta subscreve,

CONSIDERANDO que, desde o fato ocorrido no dia 5 de abril de 2013, onde uma criança veio a óbito pela falta e vaga em uma UTI NEONATAL;

CONSIDERANDO que, um outro fato ocorrido no dia 22 de agosto de 2013, onde outra uma criança veio a óbito depois de ficar 10 dias internada à espera de uma vaga em uma UTI NEONATAL, haja vista que, o caso não foi o único, já tendo ocorrido outros desta mesma natureza;

CONSIDERANDO que, a assistência ao período neonatal tem como propósito principal cuidar de recém-nascidos visando a cura ou controle de doenças do período neonatal, a garantia alimentação oral, o ganho ponderal adequado no momento da alta e o preparo da família para receber este recém-nascido que necessita de cuidados especiais.;

CONSIDERANDO que, no Brasil nascem cerca de 3 milhões de bebês por ano e destes, 1 de cada 10 nascidos vivos são prematuros que na maioria das vezes que necessitam de algum auxílio após o nascimento. O Distrito Federal nascem cerca de 45.000 bebês da população residente por ano e a rede de saúde atende cerca de 54.000 bebês das cidades dos estados que compõem o entorno do DF. Dos nascidos vivos 1 em



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

cada 10 precisa de auxílio para iniciar a ventilação, 1 em cada 100 necessita de intubação e 1 em cada 1000 necessita de reanimação avançadas; quando o recém-nascido é prematuro a necessidade de assistência neonatal pode chegar a 60 %. No DF a taxa de prematuridade está em torno de 10 % e varia 4 a 18 % no demais países de acordo com o grau de desenvolvimento;

CONSIDERANDO que, os critérios de internação e alta nas unidades neonatais públicas visam normatizar as internações de recém-nascidos em unidades neonatais de acordo com a complexidade dos agravos apresentados por eles. Estes critérios orientam e embasam o trabalho da regulação de leitos da Santa Casa, responsável por direcionar os recém-nascidos para os leitos de cuidados intensivos e intermediários da rede e visa aproveitamento mais eficiente da capacidade instalada de atenção neonatal, com melhora nos indicadores de morbimortalidade neonatal e infantil;

CONSIDERANDO que, a UTI-Neo Natal é suma importância a manutenção da vida, pois a Portaria nº 930 de 10 de maio de 2012 do Ministério da Saúde. Define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO que, o artigo 3º e seus incisos da portaria supra citada diz: “I - o respeito, a proteção e o apoio aos direitos humanos; II - promoção da equidade; III - integralidade da assistência; IV - atenção multiprofissional, com enfoque nas necessidades do usuário; V - atenção humanizada; e VI - estímulo à participação e ao protagonismo da mãe e do pai nos cuidados ao recém-nascido;

INDICA ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, para que determine ao Setor Competente, **junto a Secretária da Saúde que solicitem ao Ministério da Saúde a liberação das verbas para o término da construção da UTI NEONATAL na Santa Casa da nossa Cidade.**



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

Sala das Sessões “Professor Arlindo Fávares”, em 29 de setembro de 2020.

RICARDO PINHEIRO DE ASSIS
Vereador Ricardinho - PSD